	D	0	0	0		0	0	0
- 1		1	\cup		_	0	0	U





CÂMARA MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEIA

ELEMENTOS DO PROCESSO	ANDAMENTO		
INTERESSADO: PODER EXECUTIVO	DESTINO	DATA	
INTERESSADO. FODER EXECUTIVO		2	
NATUREZA: PROJETO DE LEI № 014/2018			
ASSUNTO: AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DOAR IMÓVEL A SOCIEDADE ESPIRITA CASA DE LUZ ANDRE LUIZ.			
ANEXOS			
	7.0		
	Mark and a second		
ELEMENTO DO PROCESSO			



ESTADO DE ALAGOAS PREFEITURA MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEI GABINETE DO PREFEITO

CAMARA MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEIA ALS

PROTOCOLO
Nº 05270071208

EM 21,05,2018

White ince
Functionario

MENSAGEM N.° 014/2018.

Delmiro Gouveia/AL, 18 de maio de 2018.

Ao Exmo. Sr. Ezequiel de Carvalho Presidente da Câmara Municipal de Delmiro Gouveia/AL. NESTA.

Senhor Presidente,

Senhores (as) Vereadores (as),

De acordo com a Lei Orgânica do Município, nos termos do Art. 7°, § 2° e alínea "a" e no seu parágrafo único, a concessão de bens do município poderá ser feita para entidades assistenciais de serviços públicos relevantes. Sabendo que, este bem será utilizado exclusivamente para fins de interesse social, será de fundamental importância a concessão de um terreno amplo para esta associação construir um espaço adequado para o atendimento aos usuários.

Vimos, por meio deste, encaminhar a esse Poder Legislativo, o anexo Projeto de Lei nº 014/2018, que trata da autorização para doação de terreno para a Sociedade Espirita Casa de Luz André Luiz.

A necessidade do Presente Projeto de Lei é resultante do ATENDIMENTO ao pedido do Presidente da Sociedade Espirita Casa de Luz André Luiz.

Sendo estes os argumentos, solicito a aprovação do presente Projeto de Lei por se tratar de uma ação de grande importância para o Município.

Vale ressaltar que com a doação de um terreno para esta entidade, ficará a cargo da mesma para a construção de um Lar de Idosos e Acolhimento de moradores de rua da cidade de Delmiro Gouveia/AL.

Diante do exposto, solicita-se que essa Egrégia Casa Legislativa aprove o presente Projeto de Lei que autoriza a doar área de terreno localizada no localizado na Rua Projetada, no bairro Eldorado, vez que de extrema importância para todos os delmirenses.

Atenciosamente.

ERALDO JOAQUIM CORDEIRO
Prefeito



ESTADO DE ALAGOAS PREFEITURA MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVE A GABINETE DO PREFEITO

CAMARA MUNICIPAL DE UELMIRO GOUVEIA-AL

PROTOCOLO

N° 0521 0071 2018

EM 21 105 12016

FUNCTONARI

PROJETO DE LEI N.º 014/2018, DE 18 DE MAIO DE 2018

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DOAR IMÓVEL A SOCIEDADE ESPIRITA CASA DE LUZ ANDRE LUIZ.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA ESTADO DE ALAGOAS, FAÇO SABER que a CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a doação, a Sociedade Espirita Casa de Luz André Luiz – Inscrita sob o CNPJ:29.490.800/0001-10, de uma área de terreno urbano localizado no Bairro Eldorado, de propriedade do Município de Delmiro Gouveia, Estado de Alagoas, com superfície total de 526,87 m², de acordo com a planta e memorial descritivo, com as dimensões e confrontações abaixo especificadas:

Frente – com a Rua Projetada, medindo 17,86m;

Fundos - Com o Lote 01, medindo 17,86m;

Lado Direito - Com o imóvel do CRAS, medindo 29,50m;

Lado Esquerdo - Com a Rua Projetada, medindo 29,50m;

Art. 2° - A doação a que se refere o Art. 1° da presente Lei será concretizada mediante a condição de que a área doada seja utilizada exclusivamente pela Sociedade Espirita Casa de Luz André Luiz, para a construção de um lar de idosos e acolhimento de moradores de rua da cidade de Delmiro Gouveia-AL.

Art. 3º - O imóvel, objeto da presente Lei, reverterá ao domínio do Município por anulação pura e simples do documento de doação, caso a Sociedade Espirita Casa de Luz André Luiz venha a realizar, em qualquer época, atividades estranhas ao previsto no Art. 2º da presente Lei.

Art. 4º - A área a ser doada fica desafetada de sua destinação pública específica.



ESTADO DE ALAGOAS PREFEITURA MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEIA GABINETE DO PREFEITO

Art. 5º- As despesas decorrentes da lavratura da escritura pública de doação e demais encargos, inclusive o recolhimento do imposto sobre transmissão de bens imóveis, bem como o seu consequente registro junto ao Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, correrão por conta da outorga donatária.

Art. 6°. Fica autorizado o Poder executivo Municipal, após processada a doação, realizar todos os registros contábeis e patrimoniais necessários ao cumprimento da presente Lei.

Art. 7º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Delmiro Gouveia/AL, em 18 de maio de 2018.

ERALDO JOAQUIM CORDEIRO
Prefeito Municipal

PROTOCOLO Nº 1114020/2017 Data: 14/11/2017

Parte Envolvida: GABINETE DO GOVERNO (12224895000127)

Endereço: Praça da Matriz 8

Tel.:(82)3641-1194

E-mail:

Requerente: PROTOCOLO

Tel.: E-mail:

Tipo de Solicitação: Ação Administrativa

Solicitação: SOL DE DOAÇÃO DE TERRENO

Descrição: OF 30102017.

CASA DE LUZ ANDRE LUIZ

Criado Por: / PROTOCOLO

Nº Protocolo: 1114020/2017

Tipo de Solicitação: Ação Administrativa

Interessado: GABINETE DO GOVERNO

Requerente: PROTOCOLO

CASA DE LUZ ANDRE LUIZ

Rua E 12 nº 17 Caraibeirinhas Delmiro Gouveia-AL

Oficio 30102017

Delmiro Gouveia-AL, 30 de outubro de 2017

Ao Exmº Sr Prefeito de Delmiro Gouveia

Eraldo Cordeiro

Prefettare municipal de Delmito Gouveia - AL Proncolo Geral Nº 11/7 02 0

Prezado Senhor

Nós que fazemos a Casa de Luz Andre Luiz, vimos por meio deste solicitar a esta V. Sra. a doação de um terreno medindo 34 m² de frente por 35 m² de fundo, sendo ao do Posto de Saude localizado na comunidade denominada 369 casas, imediações de Caraibeirinhas.

O mesmo será destinado para construção de um lar de idosos e acolhimento de moradores de rua de nossa cidade.

Certos de sua atenção, agradecemos antecipadamente.

Anderson Barros

Presidente e Coordenador

Reaha

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

	REPÚBLICA FEDER	ATIVA DO BRASI	L , '		
	CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA				
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 29.490.800/0001-10 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSC CADAS	RIÇÃO E DE SITUAÇÃO STRAL	D DATA DE ABERTURA 20/12/2017		
NOME EMPRESARIAL SOCIEDADE ESPIRITA	CASA DE LUZ ANDRE LUIZ				
TÍTULO DO ESTABELECIMENT CASA DE LUZ ANDRE	O (NOME DE FANTASIA) LUIZ				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA AT 94.30-8-00 - Atividades	IVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL de associações de defesa de direitos s	sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS A Não informada	ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NA 399-9 - Associação Pri	ATUREZA JURÍDICA vada				
LOGRADOURO R E		17 COMPLEMENTO QUADRA12			
CEP 57.480-000	BAIRRO/DISTRITO COMUNIDADE CARAIBEIRINHAS	MUNICIPIO DELMIRO GOUVEIA	UF AL		
ENDEREÇO ELETRÔNICO SAMARACAPSE@GM	AIL.COM	TELEFONE (82) 3641-5791			
ENTE FEDERATIVO RESPON	SÁVEL (EFR)				
SHUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			DATA DA SITUAÇÃO CADAS IRAL 20/12/2017		
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADA	ASTRAL		and the second s		
SITUAÇÃO ESPECIAL			DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL		

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 22/01/2018 às 11:37:50 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta QSA / Capital Social

Voltar

Preparar Página para impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, <u>clique aqui</u>. <u>Atualize sua página</u>

MEMORIAL DESCRITIVO

IMÓVEL TERRENO SITUADO NA RUA PROJETADA BAIRRO ELDORADO EM DELMIRO GOUVEIA ALAGOAS (369 CASAS)

PROPRIETÁRIO: Prefeitura Municipal de Delmiro Gouveia

M. L. TOPOGRAFIA PROJETO E CONSTRUÇÕES Rua Coronel Ulisses Luna, 568 – Bairro Novo – CEP 57480-000 Delmiro Gouveia – AL CNPJ Nº 00.244.042/0001-78

Tel.: (82) 99918-8749 / 98813-0322 E-mail: mlopestop@hotmail.com

MEMORIAL DESCRITIVO

IMÓVEL: Terreno situado na Rua Projetada Bairro Eldorado em Delmiro Gouveia Alagoas (369 casas).

PROPRIETÁRIO: Prefeitura Municipal de Delmiro Gouveia

ÁREA: 526,87 m²

MUNICÍPIO: Delmiro Gouveia

U.F.: Alagoas

LIMITES E CONFRONTAÇÕES

Testada: Com a Rua Projetada, medindo 17,86 m.

Fundo: Com o Lote 01, medindo 17,86 m.

Lado Direito: Com o imóvel do CRAS, medindo 29,50 m. Lado Esquerdo: Com a Rua Projetada, medindo 29,50 m

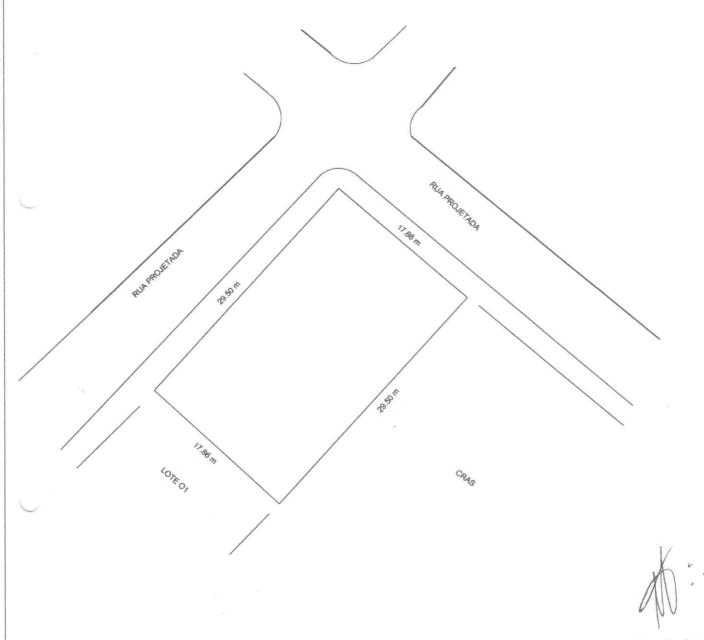
DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

O imóvel terreno situado na Rua Projetada Bairro Eldorado em Delmiro Gouveia Estado de Alagoas pertencente a Prefeitura Municipal de Delmiro Gouveia, com uma área de terreno de 526,87 m².

Confrontando da seguinte maneira: Testada com a Rua Projetada, medindo 17,86 m, fundo com o lote 01, medindo 17,86 m, lado direito com o imóvel do CRAS, medindo 29,50 m, lado esquerdo com a Rua Projetada medindo 29,50 m. Assim sendo o terreno tem uma área de 526,87 m².

DATA	ELABORADO POR	RESP. TÉCNICO
FEVEREIRO/2018		

Mangel Lopes Santana Téc. em Estradas e Topografia RN: 020883538-7 CREA: AL/BA/SE/PE-1195TD



Mangel Lopes Santana Téc. em Estradas e Topografia RN: 020883538-7 CREA: AL/BA/SE/PE - 1195 TD

PLANTA BAIXA DE UM TERRENO SITUADO NA RUA PROJETADA BAIRRO ELDORADO EM DELMIRO GOUVEIA ALAGOAS (369 CASAS)

PROPRIETÁRIO: Prefeitura Municipal de Delmiro Gouveia

MUNICÍPIO: Delmiro Gouveia

U.F.: Alagoas

ÁREA DO TERRENO: 526,87 m2

DATA: FEVEREIRO / 2018

ESCALA: 1 / 400

- ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL DE FUNDAÇÃO DA SOCIEDADE ESPÍRITA "CASA DE LUZ ANDRÉ LUIZ"

Ata da Assembleia Geral de Fundação da Sociedade Espírita "Casa de Luz André Luiz. Aos trinta dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete, na Rua E, quadra 12 nº 17, Comunidade Caraibeirinhas, nesta cidade de Delmiro Gouveia, Estado de Alagoas, reuniram-se as pessoas cujas assinaturas constam no final da presente ata, para tratar da fundação de uma organização religiosa, sem fins econômicos, de caráter filantrópico com as finalidades de I – o estudo, a prática e a difusão do Espíritismo em todos os seus aspectos, com base nas obras de Allan Kardec, que constituem a Codificação Espírita; II – a prática da caridade espíritual, moral e material por todos os meios ao seu alcance, dentro dos princípios da Doutrina Espírita, desenvolvendo, para tanto, atividades nas áreas assistencial, cultural, beneficente e filantrópica; III – a união solidária das sociedades espíritas e a unificação do movimento espírita. Parágrafo único – Os objetivos e finalidades da Casa de Luz fundamentam-se na Doutrina Espírita codificada por Allan Kardec e nas obras que, seguindo seus princípios e diretrizes, lhe são complementares e subsidiárias.

A reunião teve início às 19 horas e 30 minutos, havendo os presentes eleito, por aclamação, para Presidente da Assembleia o senhor Rogerio Alves da Silva, que agradecendo sua indicação convidou a senhora Samara Maria de Almeida Gonçalves para secretária auxiliar da reunião que também agradeceu sua indicação Em seguida, o senhor Presidente fez a prece inicial e esclareceu os motivos da reunião, concedendo a palavra a quem dela quisesse fazer uso. Pediu a palavra o senhor Anderson que explicou sobre a Casa de Luz e os futuros projetos. O senhor Presidente após a matéria em votação, tendo os membros da Assembleia deliberado para que a entidade seja denominada Sociedade Espírita Casa de Luz André Luiz. Em continuação, o senhor Presidente pôs em discussão o projeto de Estatuto. apresentado à Assembleia. Após o respectivo exame, e apresentação de emendas e de sugestões, tendo se manifestado acerca do assunto várias pessoas presentes à reunião, o senhor Presidente procedeu a votação sendo o mesmo aprovado por unanimidade, passando a ser o Estatuto da Entidade. Em seguida, o senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Anderson da Silva Barros, que propôs que fosse eleita a Diretoria da Casa com mandato até a data 31/03/2027 conforme determina o artigo 20 do Estatuto. Posta em discussão, foi a proposta aprovada por unanimidade, a seguinte Diretoria: Presidente: Anderson da Silva barros, brasileiro, residente e domiciliado na Rua 13 de Maio S/N Centro. CEP 57480-000, Cidade de Delmiro Gouveia-AL, portador do RG nº 1248103 SSP/AL e CPF nº 022 936.754-24. Secretária: Petrúcia Lima Mafra, brasileira, residente e domiciliada na Travessa Mário Pereira nº 31 bairro Eldorado, CEP 57480-000, cidade de Delmiro Gouveia-AL, portadora do RG nº 2078783 SSP/AL e CPF nº 030.601.334-76; Tesoureiro: Rogério Alves da Silva, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua 13 de Maio nº 313 Centro, CEP 57480-000, Cidade de Delmiro Gouveia-AL, portador do RG nº 786948 SSP/AL e CPF nº 563.489.834-04; Diretor de Patrimônio: Adeilton Queiroz Mafra, brasileiro, residente e domiciliada na Travessa Mário Pereira nº 31 bairro Eldorado, CEP 57480-000, cidade de Delmiro Gouveia-AL, portador do RG nº 879353 SSP/AL e CPF nº 076.572.264-04; e para membros do Conselho Fiscal os seguintes senhores:

G.

W.

大

F444-40

SE DE SUA ALETT

A LA DE CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE ESPIRITA CASA DE LUZ ANDRE LUIZ ELEIÇÃO ERROSSE DE SUA DEPORTA CASA DE LUZ ANDRE LUIZ ELEIÇÃO ERROSSE DE SUA DEPORTA CASA DE LUZ ANDRE LUIZ ELEIÇÃO DE SUA DEPORTA CASA DE LUZ ANDRE LUIZ ELEIÇÃO DE SUA DEPORTA CASA DE LUZ ANDRE LUIZ ELEIÇÃO DE SUA DEPORTA CASA DE LUZ ANDRE LUIZ ELEIÇÃO DE SUA DEPORTA CASA DE LUZ ANDRE LUIZ ELEIÇÃO DE SUA DEPORTA CASA DE LUZ ANDRE LUIZ ELEIÇÃO DE SUA DEPORTA CASA DE LUZ ANDRE LUIZ ELEIÇÃO DE SUA DEPORTA CASA DE LUZ ANDRE LUIZ ELEIÇÃO DE SUA DEPORTA CASA DE LUZ ANDRE LUIZ ELEIÇÃO DE SUA DEPORTA CASA DE LUZ ANDRE LUIZ ELEIÇÃO DE SUA DEPORTA CASA DE LUZ ANDRE LUIZ ELEIÇÃO DE SUA DEPORTA CASA DE LUZ ANDRE LUIZ ELEIÇÃO DE SUA DEPORTA CASA DE LUZ ANDRE LUIZ ELEIÇÃO DE SUA DEPORTA CASA DE LUZ ANDRE LUIZ ELEIÇÃO DE SUA DEPORTA CASA DE LUZ ANDRE LUIZ ELEIÇÃO DE SUA DEPORTA CASA DE LUZ ANDRE LUIZ ELEIÇÃO DE SUA DEPORTA CASA DE LUZ ANDRE LUIZ ELEIÇÃO DE SUA DEPORTA CASA DE LUZ ANDRE LUIZ ELEIÇÃO DE SUA DEPORTA CASA DE LUZ ANDRE LUIZ ELEIÇÃO DE SUA DEPORTA DE LUZ ANDRE LUIZ ELEIÇÃO DE SUA DEPORTA DE LUIZ ELEIÇÃO DE LUIZ ANDRE LUIZ ELEIÇÃO DE SUA DEPORTA DE LUIZ ELEIÇÃO DE LUIZ ELEIÇ

Sen Hatelida Tamasi ian Sentah Sen Hatelida Tamasi ian Sentah Selama Registrah Tamasi iangka tamasi kito Sentahan Luciana Sandes Damasceno, brasileira, residente e domiciliada a Rua Lenira Pereira Alves nº 96 Centro, CEP 57480-000, Cidade de Delmiro Gouveia-AL, portadora do RG nº 1211631 SSP/AL e CPF nº 870.249.264-49; James Gentil da Silva, brasileiro, residente e domiciliado a Rua Fernandes Lima nº 336, bairro Campo Grande, CEP 57480-000, Cidade de Delmiro Gouveia-AL, portador do RG nº 1100813 SSP/AL e CPF nº 575.507.435-68; Maria Edilene Soares Costa, brasileira, residente e domiciliada a Av. Presidente Castelo Branco nº 806 Centro, cidade de Delmiro Gouveia-AL, portadora do RG nº 1364938 SSP/AL e CPF nº 026.699.614-01, Como suplentes do Conselho Fiscal as seguintes pessoas: Samara Maria de Almeida Gonçalves, brasileira, residente e domiciliada a Rua Rio Branco nº 229 Centro, CER 57480-000, Cidade de Delmiro Gouveia-AL, portadora do RG nº 1231982 SSP/AL e CPF nº 923.318.154-53; Juliana Queiroz Oliveira Silva, brasileira, residente è domiciliada a Rua Manoel Borba nº 114 Centro, cidade de Delmiro Gouveia-AL, portadora do RG nº 1420801 SSP/AL e CPF nº 024.529.344-29; Noélia Urias de Barros, brasileira, residente e domiciliada a Rua Angelita Otiveira de Souza nº 111. Centro, cidade de Delmiro Gouveia-AL, portadora do RG nº 235405 SSP/AL e CPF nº 164.014.174-04.dos respectivos nomes). O senhor Presidente, em sequência, declarou empossados em séus respectivos cargos os membros da Diretoria recémeleita. Ao término dos trabalhos da Assembleia, várias pessoas apresentaram cumprimentos à Diretoria. Prosseguindo, o senhor Presidente manteve livre a palavra. Como ninguém a solicitasse, pediu a senhor a Luciana Sandes Damasceno para proferir a prece de encerramento, após o que deu por encerrados os trabalhos às 21 horas. Não havendo nada mais que tratar, o senhor Presidente suspendeu a reunião pelo tempo necessário à lavratura da presente ata. Reaberta a reunião, foi esta ata lida, discutida, posta em votação e aprovada por unanimidade, e vai por nós assinada, pelo secretário e pelo senhor Presidente da Assembleia

Delmiro Gouveia-AL, 30 de novembro de 2017.

(Assinatura do secretário que lavrou a ata

(Assinatura do Presidente da assembleia)

ATA DE CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE ESPIRITA CASA DE LUZ ANDRE LUIZ, ELEIÇÃO E POSSBIUDIONA

Valido somente com selo de Sutentinidad? / Ber Anemia Damasceno Sautos Mathra Reputition 1 Kill Luciana Leite Damastieno

DIRETORIA Substituta. Denise Mana da (hivaira Lir Assinaturas dos associados presentes:

Jones Paris de Denney Services

Service de Sois

Rosane Ferreura de Ascordo

Service de Janes de Denney

Pilacia Linna de Dina

Milacia Linna de Janes

Tomó Paris de Dinas

O presente ato constitutivo está lavrado no Livro de Atas, onde as assinaturas foram apostas de próprio punho.

Presidente eleito

Visto Advogado/

TERMO DE PÓSSE

Assumiram a Diretoria Administrativa da SOCIEDADE ESPIRITA "CASA DE LUZ ANDRE LUIZ" os seguintes membros:

Presidente – ANDERSON DA SILVA BARROS
- Marian Marian
Secretária – PETRUCIA LIMA MAFRA
Petrucia Lina Mafra
= 0.05DIO ALVEO DA CILVA
Tesoureiro - ROGERIO ALVES DA SILVA
0 - 1 Nov. 1 - 30
Bogino Ston da Bela
ř.
Conselho Fiscal: LUCIANA SANDES DAMASCENO, JAMES GENTIL DA SILVA E
Conseino Fiscal. Economy of the Section Control of the Section Contr
MARIA EDILENE SOARES COSTA
Z
Shourana Sander Samarano.
1 1127111
Homes find the Sale
/ Yaruh Edilene Socies (9st)
Suplentes Conselho Fiscal: SAMARA MARIA DE ALMEIDA GONÇALVES, JULIANA
QUEIROZ OLIVEIRA SILVA E NOELIA URIAS DE BARROS
QUEIROZ OLIVEIRA SILVA E NOELIA ONIAS DE BANNOS
A Comment of the comm
Long to young a contrag Contact
Julianganing of the
7
March Color of March

Valkto somente com
selo de autentichede
Bet, adendo Demasceno Sautos
facture Registradir.
Mil Luciana Leire Damasi end
Substitura
Dense Mana de Oliveira Lin
Eurevente

Delmiro Gouveia - AL, 30 de novembro de 2017.



SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL

COMARCA DE DELMIRO GOUVEIA - ESTADO DE ALAGOAS

REGISTRADOR - BEL. ADEILDO DAMASCENO SANTOS

SUBSTITUTA - BELA. MARIA LUCIANA LEITE DAMASCENO

PROTOCOLO E REGISTRO DE TITULOS E DOCUMENTOS

APRESENTADO EM 20/DEZEMBRO/2017.

PROTOCOLADO SOB N.º 2.955, FLS. 26, LIVRO "A - Nº 3"

REGISTRO Nº 2.512, FLS.279, LIVRO "B - 16"

REGISTRO ATO: ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL DE FUNDAÇÃO DA SOCIEDADE ESPÍRITA "CASA DE LUZ ANDRÉ LUIZ".

DELMIRO GOUVEIA - AL, 20 DE DEZEMBRO DE 2017.

BEL. ADEILDO DAMASCENO SANTOS REGISTRADOR

REGISTRAL AB743894



ESTATUTO SOCIAL DA SOCIEDADE ESPIRITA "CASA DE LUZ ANDRE LUIZ"

De acordo com o novo código civil e a lei nº 10.825/2003.

CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, FINS E SEDE

Art. 1º A Sociedade Espírita Casa de Luz Andre Luiz. fundado em 31/03/2017, neste Estatuto designado "Casa de Luz", é uma organização religiosa, com duração indeterminada e sede na cidade de Delmiro Gouveia-AL, no endereço Rua E, quadra 12 nº 17, Comunidade Caraibeirinhas, e que tem por objeto e fins:

I – o estudo, a prática e a difusão do Espiritismo em todos os seus aspectos, com base nas obras de Allan Kardec, que constituem a Codificação Espírita:

II — a prática da caridade espiritual, moral e material por todos os meios ao seu alcance, dentro dos princípios da Doutrina Espirita, desenvolvendo, para tanto, atividades nas áreas assistencial, cultural, beneficente e filantrópica;

III a união solidária das sociedades espíritas e a unificação do movimento espírita. Parágrafo único — Os objetivos e finalidades da Casa de Luz fundamentam-se na Doutrina Espírita codificada por Allan Kardec e nas obras que, seguindo seus princípios e diretrizes, lhe são complementares e subsidiárias.

Art. 2º A Casa de Luz é de duração indeterminada.

Art. 3º Para a consecução dos objetivos e lins a que se propõe, a Casa de Luz adota os seguintes princípios e diretrizes;

 1 - não há, entre os beneficiários de seus serviços, qualquer discriminação de raça, sexo, cor e religião;

 II – todos os cargos de direção são exercidos gratuitamente e os associados não fazem jus, nessa condição, a remuneração de qualquer natureza;

III - não há distribuição de lucros, dividendos, "pro labore" ou remuneração de qualquer natureza aos associados ou colaboradores da instituição:

1V todas as receitas e despesas são escrituradas regularmente, em livros devidamente registrados e revestidos das formalidades legais;

V — na manutenção das finalidades e dos objetivos da Casa de Luz, todos os recursos são aplicados no território nacional.

Art. 4º a Casa de Luz manterá departamentos, na forma que dispuser o Regimento Interno.

Art. 5º a Casa de Luz reger-se-á pelo presente Estatuto, pelo Regimento Interno aprovado pela Diretoria e demais normas aplicáveis.

CAPÍTULO II DO QUADRO SOCIAL Seção I Dos Associados

Art. 6º a Casa de Luz é integrada por número ilimitado de associados, designados "Associados l·fetivos", aos quais serão assegurados os direitos previstos em lei e neste Legistral do les statuto.

H.

ceto de autenticidade ser Adollos Dambacano Ner. Ca Horbana nativo Ador Concentrato compassiono Lanciana como compassiono Lanciana de Concentratorio Lanciana de Concentratorio Parágrafo único. Somente serão admitidos como associados, espíritas que atingiram a maioridade e que se proponham a trabalhar, para o estudo, a difusão e a prática dos princípios da Doutrina Espírita.

Art. 7º Os associados não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas dívidas contraidas pela Casa de Luz.

Seção II

Da Admissão e do Desligamento

Art. 8º A admissão do associado dar-se-á por meio de proposta subscrita por um associado efetivo, no pleno gozo de seus direitos, sendo aprovada pelo Presidente ou Vice-Presidente e referendada pela Diretoria em reunião ordinária.

Art. 9° () desligamento do associado ocorrerá:

1 - por motivo de falecimento, de interdição, de doença e por ausência, na forma da lei civil:

II - voluntariamente, por requerimento escrito dirigido ao Presidente:

III - compulsoriamente, por decisão da maioria absoluta dos presentes à Assembléia Geral, convocada especialmente para este fim, quando a conduta do associado constituir causa de perturbação ou descrédito para o Centro.

Parágrafo único. O associado que venha sofrer a sanção prevista no inciso III deste artigo poderá pedir reconsideração, sem efeito suspensivo, à Assembléia Geral, no prazo de 30 dias contados da ciência de sua exclusão.

Secão III Dos Direitos e Deveres

Art. 10. São direitos dos associados:

1 – votar nas Assembléias Gerais e ser votado para os cargos eletivos;

II - fazer uso, para si e para as pessoas de sua família, na conformidade do Regimento Interno e demais regulamentos, da biblioteca e de outros recursos de ordem cultural:

III - assistir às reuniões públicas e participar de cursos e atividades doutrinarias e práticas promovidas pelo Centro, conforme dispuser o Regimento Interno.

Art. 11. São deveres dos associados:

cumprir e respeitar este Estatuto, o Regimento Interno, os regulamentos e as deliberações da Diretoria e da Assembléia Geral;

II - manter seu cadastro atualizado junto à Secretaria;

III - contribuir mensalmente, na forma do artigo 12 do presente Estatuto;

IV - cumprir fielmente os fins da instituição:

V - prestar a Casa de Luz todo o concurso moral e material ao seu alcance, quer aceitando o cargo para o qual seja convocado ou o encargo que lhe for atribuído, quer propondo novos associados e colaboradores:

VI - atender às convocações da Assembléia Geral e de outros órgãos da associação quando destes fizer parte.

Seção IV Da Contribuição





Art. 12. O associado contribui mensalmente com a mensalidade fixada em valor mínimo pela Diretoria, ou, a seu critério, com importância superior àquela.

Art. 13. Os associados que, por extrema escassez de recursos pecuniários, solicitarem dispensa da contribuição mensal ficarão isentos, a critério da Diretoria, até que sejam afastadas as razões que motivaram o pedido de isenção.

Parágrafo único. Os associados efetivos dispensados da contribuição financeira, conforme o disposto neste artigo, continuação com os mesmos direitos e deveres.

Art. 14. O associado efetivo que faltar ao pagamento de suas mensalidades por mais de seis meses, sem se utilizar da faculdade que lhe é outorgada pelo artigo anterior, será considerado renunciante aos seus direitos e terá, em conseqüência, a matrícula cancelada, salvo quando a Diretoria conceder novo prazo.

CAPÍTULO III DOS COLABORADORES

Art. 15. A Casa de Luz manterá um quadro de colaboradores efetivos e eventuais, formado por pessoas que, sem os direitos dos associados efetivos, queiram prestar assistência na consecução dos objetivos e finalidades da instituição.

§ 1º Entende-se como colaborador efetivo aquele que se insereva para contribuir, de forma periódica e constante, com recursos financeiros, de conformidade com os critérios fixados pela Diretoria.

§ 2º Colaborador eventual é todo aquele que, ocasionalmente, auxilia, voluntária e gratuitamente, na realização das atividades da Casa de l uz.

Art. 16. São direitos e deveres dos colaboradores efetivos, além de outros dispostos no Regimento Interno:

I – utilizar-se da biblioteca e de outros recursos de ordem cultural;

II – assistir às reuniões públicas e participar de cursos e atividades doutrinárias e práticas promovidas pela Casa de Luz, conforme dispuser o Regimento Interno;

III - recolher pontualmente a contribuição previamente acertada:

IV – participar à Casa de Luz a mudança de domicilio.

Parágrafo único. Aos colaboradores eventuais são assegurados os direitos constantes dos incisos l e II deste artigo.

CAPÍTULO IV DO PATRIMÔNIO E DA RECEITA

Art. 17. O patrimônio da Casa de Luz constitui-se de todos os bens móveis e imóveis que possui ou venha a possuir, adquiridos por compra, por doações de terceiros ou por outros meios legais, devendo ter registro contábil.

Art. 18. Os bens imóveis de propriedade da instituição não poderão ser vendidos, alienados ou gravados em hipoteca ou antierese, no todo ou em parte, salvo se, mediante proposta submetida à Assembléia Geral, esta o aprovar, delegando poderes à Diretoria, que realizará a respectiva operação.

Parágrafo único. Os bens móveis poderão ser alienados, trocados ou doados pela Diretoria, que deverá registrar as operações, constando do relatorio anual para ciência da Assembleia Geral.



Válido somente com seto de automicidade Bel Adellio Damasceno Sacti Notário Registrado 1.43 Lucianos Lette Damascen Substituia Detrise Maria de Cavoras de Eucrevente Art. 19. Constituem fontes de recursos da Casa de Luz:

L contribuições dos associados e colaboradores;

II – subvenções financeiras do Poder Público e convênios;

III - doações, legados e aluguéis:

IV – juros e rendimentos;

V – promoções beneficentes;

VI – venda de produtos e serviços realizados pela Casa de Luz, tais como artesanatos, utensílios, móveis, bens oriandos de reciclagens e quaisquer outras atividades que proporcionem recursos para o atendimento de suas finalidades, compatíveis com os princípios doutrinários.

CAPÍTULO V DA ADMINISTRAÇÃO

Secão I

Da Assembléia Geral

Art. 20. A Assembléia Geral, órgão soberano da Casa de Luz, é constituída pelos associados efetivos no uso de seus direitos.

§ 1º A Assembléia Geral reŭnir-se-á, ordinariamente, a cada ano, no mês de março, para aprovação das contas; nesta primeira eleição, a diretoria eleita terá um mandato de 10 (dez) anos, e após esse período, a cada 03 (três) anos, nos termos do art. 31, para eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal.

§ 2º A Assembléia Geral reunir-se-á extraordinariamente toda vez que for convocada pelo Presidente, pela maioria da Diretoria

Ant. 21. Além de outras atribuições dispostas neste Estatuto, compete à Assembléiq Geral:

I – eleger a Diretoria e o Conselho fiscal:

11 - reformar este Estatuto e resolver casos omissos;

III – escolher um Presidente para dirigir os seus trabalhos, quando se tratar da prestação de contas da Diretoria:

IV – destituir membros da Diretoria, se for reconhecida a existência de motivos graves, em deliberação fundamentada, pela majoria absoluta dos presentes à Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim;

V - decidir sobre as contas anuais da Diretoria, considerando o parecer do Conselho Fiscal.

Parágrafo único. As decisões da Assembléia Geral serão tomadas pela maioria dos votos dos presentes.

Art. 22. A Assembléia Geral poderá funcionar em primeira convocação com a maioria absoluta dos associados com direito a voto e, em segunda convocação, com qualquer número de associados.

§ 1º A convocação da Assembléia Geral deverá ser feita por edital, afixado na sede social, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, contendo a pauta dos assuntos sobre os quais deverá deliberar.

§ 2º Toda Assembléia Geral terá ata registrada em livro próprio.

§ 3º Apurada a presença de número legal para instalação da Assembleia Geral, o Presidente do Centro ou seu substituto dará início aos trabalhos, presidindo-os, ressalvados os casos dispostos no inciso III do artigo 25, oportunidade em que passará a direção ao presidente então escolhido pelo plenário.

valido somente conti solo de autenticidado Notano Registrador Mª Luciana Leite Damascens Substituto

. vasca na Cirveita k

7

Seção II Da Diretoria

Art. 23. a Casa de Luz será administrado por uma Diretoria, eleita dentre os associados, com a seguinte composição:

1 - Presidente:

II - Secretário;

111 - Tesoureiro.

IV - Diretor de Patrimônio

§ 1º. Nesta primeira eleição, a diretoria eleita terá um mandato de 10 (dez) anos.

§ 2º. Após cumprido o prazo do parágrafo anterior, o mandato dos membros da Diretoria é de 03 (três) anos, podêndo ser reeleitos, isolada ou conjuntamente.

Art. 24. Compete à Diretoria:

 I – dirigir e administrar a Casa de Luz, de acordo com as disposições estatutárias e regimentais;

II - desenvolver o programa de atividades da Casa de Luz:

III - estabelecer os regulamentos e o Regimento Interno;

IV – decidir sobre medidas administrativas;

 V – designar, entre seus membros, substitutos para os Diretores em caso de impedimento temporário, quando não houver disposições estatutárias sobre o caso;

VI – autorizar operações financeiras, até o limite estabelecido pela Assembléia Geral;

VII – providenciar a execução de quaisquer obras, reparos ou consertos imprescindiveis as atividades normais da instituição;

VIII – propor reforma do Estatuto à Assembléia Geral;

1X - elaborar balancetes financeiros mensais e balanço anual.

X - reformar o Regimento Interno quando julgar conveniente, observada a maioria absoluta de votos.

Art. 25. Compete ao Presidente:

I - representar a instituição em juízo ou fora dele;

II – coordenar todas as atividades da Casa de Luz de acordo com o presente Estatuto e demais normas:

III - presidir as reuniões da Diretoria e convocar as Assembléias Gerais para reuniões ordinárias e extraordinárias previstas neste Estatuto, presidindo a todas, exceto as de prestações de contas e as de eleição dos membros da Diretoria;

IV – assinar com o Secretário a documentação da Casa de Luz;

V – assinar com o Tesoureiro os documentos que se refiram à movimentação financeira;

VI elaborar relatórios anuais para aprovação da Assembléia Geral:

VII - organizar a representação da Casa de Luz junto ao órgão de unificação do Movimento Espírita correspondente.

Art. 26. Compete ao Secretário:

1 - organizar e manter em ordem os serviços de secretaria:

11 assessorar o Presidente durante as reuniões;

III – redigir e encaminhar ao Presidente a correspondência de retina a ser expedida. dentro de suas funções:

IV – assinar com o Presidente a documentação dirigida a terceiros;

V - redigir a ata das reuniões da Diretoria e da Assembléia Geral;





VI - cientificar os interessados a respeito das reuniões convocadas pela Diretoria ou pelo Presidente:

VII – substituir o Presidente em seus impedimentos eventuais, cumulativamente com suas funções;

VIII - assumir a presidência da Instituição, no impedimento simultâneo do Presidente.

Art. 27. Compete ao Tesoureiro:

1 - manter em ordem todos os livros e material da tesouraria;

 II – assinar com o Presidente todos os documentos que representem valor, especialmente depósitos e retiradas em estabelecimentos bancários;

III – efetuar, mediante comprovante, os pagamentos autorizados;

IV – arrecadar quaisquer receitas, mediante recibo, depositando-as em estabelecimentos bancários escolhidos pela Diretoria;

V – trazer rigorosamente em ordem e em dia, escriturados com clareza e precisão, os livros da Tesouraria;

VI – apresentar o balanço patrimonial e a demonstração da receita e despesa de cada exercício para serem integrados ao Relatório Anual da Diretoria;

VII – organizar os balancetes mensais e o balanço geral do ano social, a fim de ser apresentado juntamente com o relatório da Diretoria e o parecer do Conselho Fiscal à Assembléia Geral.

Parágrafo único. Nenhum cheque, referente a qualquer retirada bancária, será emitido ao portador.

Art. 28. Compete ao Diretor de Patrimônio:

l manter em ordem em livro próprio de controle de Inventário, todos os bens recebidos em doação a Casa de Luz;

II – Em conjunto com o Presidente, planejar, executar e organizar qualquer reforma, aquisição ou venda dos bens patrimoniais da Casa de Luz.

Seção III Do Conselho Fiscal

Art. 29. O Conselho Fiscal é composto de 3 (três) membros titulares e 3 (três) suplentes, todos associados efetivos, eleitos e considerados empossados pela Assembléia Geral.

§ 1º O Conselho Fiscal poderá ser convocado, em caráter extraordinário, mediante deliberação da Diretoria ou por solicitação escrita de um dos membros efetivos do Conselho Fiscal dirigida ao Presidente

§ 2º O mandato dos membros do Conselho Fiscal é de 03 (três) anos, podendo ser reeleitos, isolada ou conjuntamente.

Art. 30. Compete ao Conselho Fiscal:

I - dar parecer nos balancetes financeiros mensais e no balanço anual;

II - impugnar as contas quando necessário;

III - reunir-se mensalmente ou quando julgar conveniente:

IV fiscalizar a gestão econômico-financeira da Casa de Luz.

CAPÍTULO VI DAS ELEIÇÕES





- Art. 31. A eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal será realizada no mês de março, sendo de 03 (três) anos o mandato dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, na seguinte forma:
- 1 convocada a Assembléia Geral serão escolhidos dois membros para auxiliara eleição;

II – não será permitido o voto por procuração;

III - somente poderá votar o associado que estiver quite com a Tesouraria;

1V – apurados os votos e resolvidas as impugnações, se houver, o Presidente da mesa proclamará os eleitos e a posse se dará de imediato, assumindo o exercício ao final da Assembléia Geral.

Parágrafo Único - Nesta primeira eleição, a diretoria eleita terá um mandato de 10 (dez) anos.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- Art. 32. Pela exoneração, saída ou outra forma qualquer de abandono, a nenhum associado será lícito pleitear ou reclamar direitos ou indenizações, sob qualquer titulo, forma ou pretexto, por possuir, apenas, a condição de associado.
- Art. 33. Não será permitida, aos associados. Departamentos, órgãos e congêneres, a representação por meio de procuração, para o exercício de quaisquer de suas atribuições.
- Art. 34. O ano social coincidirá com o ano civil.
- Art. 35. A Diretoria somente poderá aceitar auxílio, doação, contribuição ou subvenção, bem como firmar convênios, quando estiverem eles desvinculados de compromissos que modifiquem o caráter espirita da Casa de Luz, não prejudiquem suas atividades normais ou sua finalidade doutrinária, para que seja preservada, em qualquer hipótese, a sua total independência administrativa.
- Art. 36. A Casa de Luz poderá firmar acordos, convênios e parcerias com outras organizações, visando á execução de todas as finalidades previstas neste Estatuto e no seu Regimento Interno.
- § 1º Os acordos, convênios e parcerias serão precedidos da verificação de que a organização possui nível e orientação compatíveis com a prestação dos serviços a serem conveniados.
- § 2º Os instrumentos do acordo, do convênio e da parceria consignarão normas de controle e fiscalização da ajuda prestada pela Casa de Luz, inclusive a sua automática cessação pelo descumprimento do ajuste.
- Art. 37. Os membros da Diretoria e do Conselho não poderão usar a Casa de Luz ou o seu patrimônio como garantia de quaisquer compromissos, como fianças, avais, endossos ou abonos, ressalvados os referentes a operações relativas à atividade da instituição autorizadas pela Assembléia Geral.
- Art. 38. Em caso de dissolução da Casa de Luz, por falta absoluta de meios para continuar funcionando, por sentença judicial irrecorrível ou por deliberação de mais de dois terços dos associados em Assembléia Geral, o patrimônio será revertidos em exemples de la continuar funcionarios de la continuario de la continuario

Mallido somente com seio de autoritoridade soio de autoritoridade Notario Registrado:

Tyre Luciana Leire Damasceno Saytus Substituta

1

beneficio de outra entidade espírita legalmente constituída, funcionando na localidade e registrada no Conselho Nacional de Assistência Social ou, em sua falta, de outra indicada pelo órgão Federativo Espírita do Estado.

Art. 39. Este Estatuto é reformável no tocante à administração, por deliberação da Assembléia Geral, atendidos os requisitos nele previstos (Código Civil, art. 46, inciso IV)

Parágrafo único. Em hipótese alguma haverá reforma dos objetos e fins estatuídos no art. 1º deste Estatuto.

Art. 40. Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pela Diretoria, ad referendum da Assembléia Geral."

Este Estatuto foi aprovado pela Assembléia Geral de Fundação, realizada em 30 de novembro de 2017, e entra em vigor nesta data.

Delmiro Gouveia-AL. 30 de novembro de 2017

Anderson da Silva Barros

Paragraphia

Advogado - OAB



SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL

COMARCA DE DELMIRO GOUVEIA - ESTADO DE ALAGOAS

REGISTRADOR - Bela. ADEILDO DAMASCENO SANTOS

SUBSTITUTA - Bela. MARIA LUCIANA LEITE DAMASCENO

PROTOCOLO E REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURIDICAS

APRÉSENTADO EM 20/DEZEMBRO/2017. PROTOCOLADO SOB N.º 2.956, FLS 26, LIVRO " A - Nº 03" REGISTRO Nº 193, FLS.129, LIVRO " A 2 "

REGISTRO ATO: ESTATUTO SOCIAL DA SOCIEDADE ESPIRITA

"CASA DE LUZ ANDRE LUIZ".

DELMIRO GOUVEIA - AL, 20 DE DEZEMBRO DE 2017.

ADEILDO DAMASCEÑO SANTOS REGISTRADOR FERCINAL
STEEDS
STEEDS
THE NO STREET
REGISTRAL
ABY 13898

CERTIDÃO

CERTIFICO E DOU FÉ QUE O ESTATUTO SOCIAL DA SOCIEDADE ESPIRITA "CASA DE LUZ ANDRE LUIZ", FOI REGISTRADO HOJE SOB Nº 193, FLS. 129, NO LIVRO "A 2" REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURIDICAS, DO QUE DOU FÉ.

DELMIRO GOUVEIA, 20 DE DEZEMBRO DE 2017.

ADEILDO DAMAĞCENO SANTOS REGISTRADOR





Prefeitura Municipal de Delmiro Gouveia GABINETE DO PREFEITO

Despacho nº. 042/2018 - GP

Interessado (a): CASA DE LUZ ANDRE LUIZ **Processo nº 1114-020/2017**Assunto: Solicita Doação de Terreno

A Procuradoria Geral do Município

Considerando o requisito ás iniciais, encaminhem-se os autos para análise e parecer jurídico.

Delmiro Gouveia - AL, 12 de, abril de 2018.

Paulo Campos Chefe de Gabinete do Prefeito



ESTADO DE ALAGOAS PREFEITURA MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEIA GABINETE DO PREFEITO

MINUTA DE PROJETO DE LEI N.º **/****, DE ** DE ** DE 2018

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DOAR IMÓVEL A SOCIEDADE ESPIRITA CASA DE LUZ ANDRE LUIZ.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA ESTADO DE ALAGOAS, FAÇO SABER que a CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a doação, a Sociedade Espirita Casa de Luz André Luiz, de uma área de terreno urbano localizado no Bairro Eldorado, de propriedade do Município de Delmiro Gouveia, Estado de Alagoas, com superfície total de 526,87 m², conforme livro ** sob o nº **, no Cartório de Registros de Imóveis desta Comarca, de acordo com a planta e memorial descritivo, devidamente arquivados, com as dimensões e confrontações abaixo especificadas:

Frente - com a Rua Projetada, medindo 17,86m;

Fundos - Com o Lote 01, medindo 17,86m;

Lado Direito - Com o imóvel do CRAS, medindo 29,50m;

Lado Esquerdo - Com a Rua Projetada, medindo 29,50m;

Art. 2º - A doação a que se refere o Art. 1º da presente Lei será concretizada mediante a condição de que a área doada seja utilizada exclusivamente pela Sociedade Espirita Casa de Luz André Luiz, para a construção de um lar de idosos e acolhimento de moradores de rua da cidade de Delmiro Gouveia-AL.

Art. 3° - O imóvel, objeto da presente Lei, reverterá ao domínio do Município por anulação pura e simples do documento de doação, caso a Sociedade Espirita Casa de Luz André Luiz venha a realizar, em qualquer época, atividades estranhas ao previsto no Art. 2° da presente Lei.

Art. 4º - A área a ser doada fica desafetada de sua destinação pública específica.



ESTADO DE ALAGOAS PREFEITURA MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEIA GABINETE DO PREFEITO

Art. 5º- As despesas decorrentes da lavratura da escritura pública de doação e demais encargos, inclusive o recolhimento do imposto sobre transmissão de bens imóveis, bem como o seu consequente registro junto ao Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, correrão por conta da outorga donatária.

Art. 6°. Fica autorizado o Poder executivo Municipal, após processada a doação, realizar todos os registros contábeis e patrimoniais necessários ao cumprimento da presente Lei.

Art. 7º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Delmiro Gouveia/AL, em ** de *** de 2018.

Lei Municipal nº * ***/2018

ERALDO JOAQUIM CORDEIRO Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, aos ** (*****) dias do mês de ****** de 2018.

VANDERLÂNDIA OLIVEIRA DA SILVA Secretária Mun. de Adm. e Rec. Humanos



Praça da Matriz nº 08, Centro, Tel.3641-1178 - CNPJ:12.224.895/0001-27

PROCESSO: 1114020/2017.

CONSULENTE: GABINETE DO PREFEITO.

ASSUNTO: PROJETO DE LEI - DOAÇÃO DE TERRENO - CASA DE LUZ ANDRÉ LUIZ.

PARECER Nº 1.580/2018

EMENTA – PROJETO DE LEI. AUTORIZA O CHEFE DO EXECUTIVO MUNICIPAL A DOAR IMÓVEL A SOCIEDADE ESPIRITA CASA DE LUZ ANDRÉ LUZ.

I-CONSULTA.

TRATA-SE DE CONSULTA REALIZADA PELO SR. PAULO CAMPOS, CHEFE DO GABINETE DO PREFEITO, A ESTA PROCURADORIA, COM VISTA A ANÁLISE E EMISSÃO DE PARECER JURÍDICO REFERENTE AO PROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE A DOAÇÃO DE TERRENO PARA A SOCIEDADE ESPIRITA CASA DE LUZ ÂNDRÉ LUIZ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

II-FUNDAMENTO.

DE INÍCIO, MISTER ESCLARECER QUE O PRESENTE OPINATIVO TEM O CONDÃO DE ANALISAR TÃO SOMENTE A <u>LEGALIDADE</u> DOS ATOS A SEREM PRATICADOS, VERIFICANDO A EXISTÊNCIA OU NÃO DA POSSIBILIDADE JURÍDICA DO PLEITO, ENTRETANTO, NÃO SE ANALISA A CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE, EIS QUE É ATO DISCRICIONÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO, TENDO O PRESENTE TÃO SOMENTE FUNÇÃO <u>OPINATIVA</u>, NÃO SENDO, ENTÃO, VINCULANTE AO GESTOR.

SUPERADA A PREFACIAL, PASSAR-SE-Á A ANÁLISE DO PLEITO PROPRIAMENTE DITO.

INICIALMENTE, CUMPRE ESCLARECER QUE NÃO VISLUMBRAMOS VÍCIOS DE INCONSTITUCIONALIDADE NA MATÉRIA TRATADA NA PROPOSTA EM ANÁLISE. O ORDENAMENTO JURÍDICO FOI RESPEITADO, NÃO SE VERIFICANDO MÁCULAS AOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE, MORALIDADE E DEMAIS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS, TÃO POUCO ENCONTRAMOS ÓBICES AOS DISPOSITIVOS DAS PROPOSIÇÕES.

DE ACORDO COM O PROJETO, "FICA O CHEFE DO EXECUTIVO AUTORIZADO A EFETUAR A DOAÇÃO, A SOCIEDADE ESPIRITA CASA DE LUZ ANDRE LUIZ, DE UMA ÁREA DE TERRENO URBANO LOCALIZADO NO BAIRRO ELDORADO, DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA, ESTADO DE ALAGOAS, COM SUPERFÍCIE TOTAL DE 526,87 M², CONFORME LIVRO ** SOB O N² ****, NO CARTÓRIO DE REGISTROS DE IMÓVEIS DESTA COMARCA, DE ACORDO COM A PLANTA E MEMORIAL DESCRITIVO, DEVIDAMENTE ARQUIVADOS, COM AS DIMENSÕES E CONFRONTAÇÕES", VISANDO A CONSTRUÇÃO DA SEDE DA SOCIEDADE ESPIRITA CASA DE LUZ ANDRE LUIZ.

O PROJETO ORA SOB ANÁLISE É, PORTANTO, DE EXTREMA IMPORTÂNCIA E DE GRANDE INTERESSE PÚBLICO, TENDO EM VISTA QUE A CONSTRUÇÃO DA SEDE SERÁ VOLTADO PARA UM LAR DE IDOSOS E ACOLHIMENTO DE MORADORES DE RUA DE DELMIRO GOUVEIA/AL.

ENTRETANTO, OPINA-SE PELA INCLUSÃO DE ARTIGO DESTACANDO O

PROC.: 1114020/2017



Praça da Matriz nº 08, Centro, Tel.3641-1178 - CNPJ:12.224.895/0001-27

INTERESSE PÚBLICO DA PRESENTE DOAÇÃO, BEM COMO QUE SEJA ESPECIFICADO QUE A CONSTRUÇÃO DA REFERIDA SEDE TERÁ COMO DESTINAÇÃO A CRIAÇÃO DE UM LAR DE IDOSOS E ACOLHIMENTO DE MORADORES DE RUA DE DELMIRO GOUVEIA/AL.

POR FIM, MAS NÃO MENOS IMPORTANTE, QUE SEJA COLOCADO O LIVRO CORRESPONDENTE NO ART. 1º DO SUPRAMENCIONADO PROJETO DE LEI.

ATENDIDO AS SOLICITAÇÕES RETRO, CONFRONTANDO-SE AS EXIGÊNCIAS DA LEGISLAÇÃO PÁTRIA, VERIFICAMOS QUE INEXISTEM IMPEDIMENTOS LEGAIS EM RELAÇÃO AO PROJETO DE LEI ANALISADO, ESTANDO O MESMO DE ACORDO COM O ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.

III - CONCLUSÃO.

POR ESSAS RAZÕES, OPINAMOS PELA POSSIBILIDADE JURÍDICA DO PROJETO DE LEI, POR NÃO VISLUMBRAR NENHUM VÍCIO CONSTITUCIONAL E LEGAL QUE OBSTE SUA NORMAL TRAMITAÇÃO.

POR OPORTUNO, SALIENTAMOS QUE AS PRESENTES MANIFESTAÇÕES TOMARAM POR BASE, EXCLUSIVAMENTE, OS ELEMENTOS QUE CONSTAM, ATÉ A PRESENTE DATA, NOS AUTOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO EM EPÍGRAFE.

É O PARECER.

DELMIRO GOUVEIA/AL, 18 DE ABRIL DE 2018. PROC. 1114020/2017.

JOSÉ DE CASTRO SILVA NETO
PROCURADOR ADJUNTO - DELMIRO GOUVEIA/AL
PORTARIA GP Nº 1.023/2017

PROC.: 1114020/2017